



ARQUITETURA CHILENA NO CENÁRIO IBERO-AMERICANO: AGENTES, ESTADO E CONSTRUÇÃO DE PRESTÍGIO

ARQUITECTURA CHILENA EN EL ESCENARIO IBEROAMERICANO: AGENTES, ESTADO Y CONSTRUCCIÓN DE PRESTIGIO

Simpósio: E5_03 ESTADO, AGENTES Y PRÁCTICAS EN EL URBANISMO IBEROAMERICANO DEL SIGLO XX

Autora: Stela Mori Neri Silva, mestra desde 04/2025

São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Brasil, s.morineri@alumni.usp.br

Resumo: No processo de circulação de saberes e valores no contexto historiográfico ibero-americano, a visibilidade e prestígio das produções arquitetônicas latino-americanas, muitas vezes, são marginalizadas. Neste contexto e desafiando-o, no Chile, ao final de sua ditadura, emergia uma nova fase para a arquitetura do país que ganharia destaque no cenário internacional principalmente por meio de premiações e publicações em distintos países da Península Ibérica e da América. A bibliografia dedicada a esse fenômeno expõe principalmente as proposições formais e lógicas de projeto dessa produção, e menos os agentes e lógicas de promoção deste processo que serão base analítica do presente trabalho com especial ênfase para as dinâmicas que rebatem no Estado. Em tempos de “neoliberalismo progressista”, os agenciamentos privados e públicos se entrelaçam à cultura e à razão de mundo neoliberal para explicar as condições materiais e culturais que possibilitaram o surgimento e a externalização da arquitetura chilena para além da Cordilheira dos Andes. Para investigar as dinâmicas atinentes a esse fenômeno, a pesquisa mobiliza documentos estatais e a historiografia chilena em diálogo com entrevistas realizadas em campo e teorias sociais que conectam o campo arquitetônico com o político. O Estado, emerge tanto como um agente indireto pelas condições materiais e culturais projetadas na sociedade, quanto como cliente e promotor que retoma o interesse pelo campo arquitetônico na celebração do Bicentenário de Independência. A partir dessas articulações entre agentes e lógicas de produção e consagração, a pesquisa não apenas ilumina o caso chileno, mas também convida a refletir sobre os papéis e responsabilidades da arquitetura em contextos marcados pela hegemonia neoliberal.

Palavras-chave: arquitetura chilena; redemocratização; Estado; agentes; neoliberalismo; prestígio

Resumen: *En el proceso de circulación de saberes y valores en el contexto historiográfico iberoamericano, la visibilidad y el prestigio de las producciones arquitectónicas latinoamericanas suelen ser marginalizadas. En este contexto, en Chile, al final de su dictadura, emergió una nueva fase para la arquitectura del país que ganaría relevancia principalmente a través de premios y publicaciones en la Península Ibérica y América. La bibliografía sobre este fenómeno se enfoca en las proposiciones formales de la producción, y menos en los agentes y lógicas de promoción que serán la base de este trabajo, con énfasis en las dinámicas que repercuten en el Estado. En tiempos de "neoliberalismo progresista", los agenciamientos privados y públicos se entrelazan con la cultura y la razón de mundo neoliberal para explicar las condiciones materiales y culturales que posibilitaron la externalización de la arquitectura chilena. Para investigar las dinámicas relacionadas con este fenómeno, la investigación moviliza documentos estatales y la historiografía chilena en diálogo con entrevistas realizadas en campo y teorías sociales que conectan el campo arquitectónico con el político. El Estado emerge tanto como un agente indirecto a través de las condiciones materiales y culturales reflejadas en la sociedad, como un cliente y promotor que retoma el interés por el campo arquitectónico en la celebración del Bicentenario de Independencia. A partir de estas articulaciones entre agentes y lógicas de producción y consagración, la investigación no solo ilumina el caso chileno, sino que también invita a reflexionar sobre los papeles y responsabilidades de la arquitectura en contextos marcados por la hegemonía neoliberal.*

Palabras-clave: *arquitectura chilena; redemocratización; Estado; agentes; neoliberalismo; prestigio.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de um regime de historicidade da arquitetura e do urbanismo imerso no contexto material e cultural latino-americano, enquanto posicionamento político, desde um lugar de fala brasileiro, olhando para o contexto chileno, justificado pelas proximidades históricas e políticas dos países da região, especialmente no que diz respeito ao sistema colonial, à industrialização, ao imperialismo e aos desdobramentos de tais acontecimentos para a situação contemporânea na América Latina.

Sob essa perspectiva, discutir os diálogos entre Norte Global e América Latina, suas mídias e respectivos espaços de legitimação entre diferentes culturas de crítica na contemporaneidade é, acima de tudo, nesta pesquisa, entender as heranças históricas de poder e dominação para confrontá-las na produção de conhecimento da história vigente. Não como uma atitude de reforçar os conhecidos abusos do período colonial ou do imperialismo, mas sim enquanto trabalho coletivo crítico da e sobre a teoria, no exercício profissional da construção historiográfica a ser desempenhado por todos aqueles conectados por esse passado histórico comum.

Em conformidade com distintos apontamentos teóricos como Quijano (2005), Bourdieu (2007) e Ianni (2002); essa persistente herança colonial não se limita apenas à esfera política e social, mas também se manifesta no campo da produção de conhecimento e de reconhecimento internacional. Nesse sentido, discutir a arquitetura no contexto latino-americano implica entender como, no cenário global, países europeus e os Estados Unidos continuam a dominar as esferas de legitimação e prestígio, particularmente através de instituições como a Bienal de Veneza e o

Prêmio Pritzker. Ambas as instituições, uma europeia e a outra estadunidense, representam, provavelmente, os dois maiores espaços de legitimação e construção de reconhecimento e prestígio desde que foram criadas. Podemos analisá-las não apenas como reflexo, mas também como meios de perpetuação da hegemonia cultural e, assim, dos males coloniais e imperialistas.

No entanto, a arquitetura chilena começa a se destacar nos anos 2000 de maneira intrigante nesse cenário hegemônico, oferecendo um exemplo notável de como a produção arquitetônica latino-americana pode alcançar reconhecimento e prestígio internacionais. A primeira grande visibilidade da arquitetura chilena na Bienal de Veneza ocorreu em 2008, quando o grupo Elemental, liderado por Alejandro Aravena, foi agraciado com o Leão de Prata. Esse reconhecimento marcou o uso de habitações incrementais, como o projeto Quinta Monroy, na construção de maior quantidade de habitação de interesse social com orçamentos exíguos.

O sucesso continuou em 2014, quando Pedro Alonso e Hugo Palmarola receberam o Leão de Ouro pelo pavilhão "Monolith Controversies". Esse projeto explorou a interseção entre arquitetura e política através da reinterpretação de um painel de concreto doado pela União Soviética. Em 2016, Alejandro Aravena alcançou um marco ainda mais significativo ao se tornar curador da Bienal de Veneza, uma posição inédita para um latino-americano. O arquiteto, além de ser jurado do prêmio, foi laureado em 2016, consolidando a presença chilena no cenário internacional.¹

Nesse sentido, merece destaque a pesquisa "*El Discurso de la Arquitectura Chilena Contemporánea: Cuatro Debates Fundamentales*" (Mondragon, 2017) que se dedica a sistematização dos periódicos cujo conteúdo enaltece e valoriza o caso chileno. A partir dos dados aí levantados e concedidos, foi possível extrair e contextualizar espacialmente os países que mais valorizaram a arquitetura do Chile. Como podemos observar na figura 01: 73% das revistas foram publicadas pelo Norte Global e o restante na América Latina.

As menções aos espaços de legitimação da produção chilena perpassam lógicas realizadas no Norte Global, e essa não seria uma coincidência aleatória. No contexto de disputas por capital cultural, conceituado por Bourdieu (2007), há uma tendência à reiteração dos poderes preexistentes. A construção de prestígio da arquitetura chilena reforça a influência do Hemisfério Norte sobre o Hemisfério Sul, à medida que busca reconhecimento europeu, como a Bienal de Veneza, ou dos Estados Unidos, como o Prêmio Pritzker. Seguindo as conceituações de Bourdieu (2007; 1989), o prestígio, muitas vezes, ao passar pelas lógicas de consagração daqueles que detêm o poder, contraditoriamente reitera a lógica de dominação, pois os dominados têm maiores chances de êxito na construção de um prestígio com o auxílio dos dominantes.

Neste contexto, a valorização da arquitetura chilena se insere em um contexto de disputas por poder. Ao falarmos de países com maior poder simbólico, também estamos reconhecendo a tendência de manter as hierarquias desse poder. Desta maneira, a condição arquitetônica do Chile

¹ Para além das duas premiações mais consagradas no campo arquitetônico internacional, a arquitetura chilena também se destacou em outras como o Prêmio Andrea Palladio, recebido pela Casa del Cerro de Undurraga Devés em 1991, o Prêmio Borromini concedido a Mathias Klotz pela Escola Altamira em 2001, e a seleção do Edificio Manantiales (projeto de Izquierdo Lehmann, Peñafiel Arquitectos, Raimundo Lira Arquitectos) para a exposição "Tall Buildings" no MoMA no ano de 2004 em Nova York. Segundo a historiografia arquitetônica chilena (Mondragon, 2017; Adriá, 2013; Torrent, 2000), a arquitetura chilena passa por um processo de aparição e prestígio no período democrático a partir dos anos 1990 no qual podemos enquadrar tais premiações, mas também as revistas internacionais que realizam publicações valorosas sobre a produção chilena.

como país do Sul Global se torna emblemática não apenas como marco de uma nova fase, mas como uma que desafia as estruturas de poder dominantes na esfera cultural internacional pelo prestígio alcançado.

Dessa forma, o presente artigo toma o caso chileno como objeto analítico central, entendendo que a trajetória de legitimação internacional de sua arquitetura, a partir dos anos 1990, é um exemplo emblemático para analisar como determinadas práticas e agentes romperam com a lógica de dominação da hegemonia cultural. Todo o percurso argumentativo desenvolvido até aqui busca, portanto, justificar essa escolha e situar o Chile como um ponto de observação privilegiado para compreender as dinâmicas de poder, prestígio e reconhecimento que estruturam a circulação de saberes arquitetônicos no Sul Global. Metodologicamente, a pesquisa mobiliza a história como instrumento crítico de leitura, articulando desde análises documentais e historiográficas até entrevistas realizadas em campo, com o intuito de examinar as relações entre política, cultura e arquitetura em três momentos distintos: o final do Estado de bem-estar social (1964–1970), a ditadura militar (1973–1990) e a redemocratização sob a Concertación (1988–2009).

Essa abordagem interdisciplinar, apoiada em aportes teóricos como Bourdieu, Quijano, Williams e Ianni, busca investigar especificamente a influência da atuação do Estado chileno sobre este fenômeno, em seus diferentes papéis – promotor, regulador ou cliente. Ao fazê-lo, o artigo pretende não apenas iluminar as condições materiais e culturais que possibilitaram a projeção internacional da arquitetura chilena, mas também tensionar as lógicas de dominação e reconhecimento que ainda orientam a produção e a legitimação arquitetônica na América Latina.

CAMADAS HISTÓRICAS

O período de redemocratização, que se iniciou em 1990 com a ascensão da Concertación (1990–2009), representou o momento de emergência dessa nova fase da arquitetura chilena. Enquanto a política consolidava um regime que mesclava permanências e rupturas em relação aos períodos anteriores, a relação com a arquitetura também passava por um processo de ressignificação. Ao analisar tal contexto, foram identificados, por meio de pesquisa, diálogos que remontam ao período anterior ao golpe de Pinochet, essenciais para compreender a atualidade chilena, principalmente no que diz respeito às transformações na relação entre Estado e arquitetura e à influência dessa relação a partir da transição das políticas de bem-estar social para a lógica neoliberal.

Embora, na historiografia política do Chile, o período entre 1924 e 1973 seja identificado com a vigência de um Estado de bem-estar social, esta análise ficará mais restrita aos dois últimos presidentes daquele modelo, contexto no qual identificamos elementos que seriam depois retomados pelo campo da arquitetura no período da redemocratização. Eduardo Frei (*Democracia Cristiana*) e Salvador Allende (*Unidad Popular*) foram associados pela historiografia ao desenvolvimento social e à modernidade². Com um Estado forte e promotor de inovações e

² Em 1964, Eduardo Frei Montalva, representando a Democracia Cristã, acedia ao poder prometendo uma *Revolución en Libertad*, cujas prioridades de governo eram realizar reformas profundas em diversas áreas, como a educação, a reforma agrária, a industrialização e as melhorias sociais, sem abrir mão da democracia e da liberdade política (Memoria Chilena, sitioweb). Com a eleição de Salvador Allende em 1970, houve certa continuidade do governo anterior, porém, representava o primeiro presidente socialista democraticamente eleito no mundo. Com adoção de políticas para o bem social mais intensificadas, Allende aparecia no Chile com a intencionalidade explicitada de chegar ao socialismo por meio de uma trajetória pacífica e democrática, baseada na união entre as nações, no que ficou conhecido como a *Vía Chilena al Socialismo*. Ele representava uma organização maior, a *Unidad Popular*: uma coalizão de partidos de esquerda incluía a nacionalização de indústrias estratégicas, a reforma agrária e a adoção de políticas voltadas para o bem-estar social, como melhoria em saúde e educação (Memoria Chilena, sitioweb). Houve, neste período,

melhorias sociais, a arquitetura representava uma ferramenta para materializar tais mudanças. Projetos urbanos emblemáticos, como a *Vila Frei* e a renovação do centro de Santiago, exemplificam esse processo, no qual a arquitetura era vista como uma extensão das políticas sociais e urbanas. Ambos os projetos estavam contextualizados em uma política tradicional de promoção de concursos de arquitetura (Molina, 2014), assim como no caso dos concursos da *Embajada de Buenos Aires*, *Ministerio del Trabajo y Prevision Social* e *Anexo Congreso Nacional* todos no recorte temporal entre as duas presidências mencionadas. Também neste contexto, o Centro Cultural Gabriela Mistral (GAM), construído para sediar a Terceira Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimentos das Nações Unidas (UNCTAD III), emerge como símbolo desse envolvimento direto do Estado com a arquitetura moderna, utilizando-a para promover a imagem de progresso e modernidade do país.³

Tal efervescência cultural no contexto do final do Estado de bem-estar social chileno, pode ser compreendida em diálogo com os acontecimentos no campo arquitetônico para além da intervenção estatal direta. Com base em tais apontamentos, contextualiza-se aqui a relação entre um Estado de bem-estar social e o fomento à modernidade e à inovação, por meio do design e das artes. Podemos mencionar algumas novidades neste contexto, como as chamadas “pedagogias radicais” da Escola e Instituto de Arquitetura da Pontificia Universidade Católica de Valparaíso (1952-1972), com destaque para suas três práticas inovadoras: as *Travesías*, a *Amereida* e a *Ciudad Abierta*⁴. Elas refletiam uma arquitetura experimental, vinculada tanto à paisagem quanto à materialidade e à arte, cuja base teórica se assentava na relação direta entre arquitetura e poesia. De acordo com Liernur (2009), essa escola trazia consigo as inovações que também iriam impulsionar a qualidade arquitetônica no período democrático.

um redobrado fomento para a inovação em design e artes perceptível principalmente pela presença e atuação do designer italiano Gui Bonsiepe, formado na Escola de Ulm, Alemanha, atraído ao Chile exatamente pelas condições políticas inéditas no mundo. Segundo Adrián Figueroa (2016), impulsionado por iniciativas do governo e de instituições como a CORFO (Corporación de Fomento de la Producción), o design assumiu um protagonismo no Chile dos anos 70. O próprio presidente Allende via o design como uma ferramenta para solucionar problemas sociais e econômicos. Como desdobramento, sob a orientação de Bonsiepe, foram desenvolvidos diversos produtos de baixo custo e alta qualidade entre 1971 e 1973, cujas iniciativas se alinhavam às políticas econômicas da *Unidad Popular*, com foco na redução da dependência tecnológica e no desenvolvimento da indústria nacional². Neste sentido, fica evidente um contexto econômico, cultural e político onde o design estava em ebulição, fruto de um modelo que acreditava na mescla entre tecnologia e artes em prol de um socialismo pela via pacífica.

³ Construído em 1971, no governo de Salvador Allende, em 275 dias, registrou um tempo recorde de construção para um edifício daquele porte, tornando-se um ícone latino-americano de modernidade arquitetônica (GAM, [sitioweb](#)³), e um símbolo dos feitos progressistas de Allende.

⁴ A primeira *Travesía*, como expõe Fernando Perez (2003), ocorreu em 1965 quando um grupo de arquitetos, artistas, poetas e filósofos buscavam percorrer a América do Sul para refundar seu sentido e o da arquitetura. Tratava-se de uma travessia não apenas física, mas também simbólica e poética com pretensões de criar um novo modo de pensar arquitetonicamente distante do pensamento eurocêntrico. Esta primeira experiência foi um marco para a Escola de Valparaíso, pois consolidou a ideia de que o aprendizado e a criação arquitetônica poderiam ser indissociáveis de uma compreensão poética e filosófica do espaço e da cultura. Como desdobramento e continuação da primeira *Travesía*, Perez (2003) argumenta que em 1970 era fundada a *Cooperativa Amereida* no contexto da Escola de Valparaíso como um projeto coletivo que visava criar espaços para documentar e manifestar os aprendizados e poesias da primeira travessia. O nome *Amereida* tem sua origem na junção das palavras “América” e “Eneida”, a famosa epopeia escrita por Virgílio. A combinação desses termos reflete a ideia de uma viagem poética e simbólica pela América, similar à travessia heroica que Eneias fez no mundo antigo. Com este nome foi publicado um livro homônimo para consolidar e divulgar as experiências desenvolvidas, articulando uma nova maneira de perceber e conceber o território americano. Partindo da necessidade de encontrar um espaço físico que pudesse dar vazão e experimentação espacial à efervescência de ideias provenientes da *Cooperativa Amereida*, em 1971 foram compradas propriedades no setor Punta de Piedra em Valparaíso. Neste terreno se consolidaria a *Ciudad Abierta*, um espaço coletivo onde não há separação entre o público e o privado e cujos projetos ali construídos seriam fruto de produção coletiva sob a designação de *Cooperativa Amereida*. Tentava-se experimentar modos de produzir e viver arquitetonicamente de acordo com os novos princípios elaborados. No período inicial foram construídos *El Igloo* (1971), *Agora Tongoy* e *Sala de Música* (1972) e o *Palacio Viejo* (1973). O conceito de cidade aberta provinha da concepção de um espaço físico e metafísico longe das limitações impostas pelas cidades convencionais, onde os participantes pudessem viver, criar e explorar novos urbanismos, arquiteturas e artes.

Por mais que o Estado não estivesse atuando diretamente como promotor de tais ideias, havia um contexto favorável e valoroso de pensar novos modos de conceber o espaço com principal destaque para os fomentos em design provenientes do governo de Salvador Allende. O contexto de bem-estar social, numa sociedade que dialogava com a possibilidade de um Estado socialista, apontava para experiências em que essa reprodução social se tornava o centro da vida cultural e econômica, ensejando novos modos de conceber o espaço.

Com o golpe, o Estado se reformulava assim como sua relação com a arquitetura. Segundo Molina (2014), no Chile instaurou-se uma sólida tradição na promoção de concursos pelo Estado, iniciada no final do século XIX e consolidada ao longo do século XX, com exemplos emblemáticos como o concurso para o Palácio de Tribunais (1900), a Biblioteca Nacional (1913-16), o Pabellón de Chile na Exposição Iberoamericana de Sevilla (1927) e o conjunto habitacional Villa Frei (1964). Essa prática, que buscava qualidade, inovação e transparência, foi interrompida durante o período ditatorial (1973-1990), quando o Estado priorizou licitações baseadas em critérios econômicos e pragmáticos, reduzindo significativamente a realização de concursos públicos.⁵

Errázuriz (2006) aponta que, após o golpe de 1973, houve um esforço para dismantlar as iniciativas culturais associadas ao governo de Salvador Allende e substituí-las por um projeto de "reconstrução cultural" alinhado aos interesses da ditadura.⁶ O desdobramento disso para o campo arquitetônico recaiu na primeira Bienal de Arquitetura do Chile também em 1977. Como evento inaugural, trazia consigo um grande ambiente de discussões disciplinares em uma escala ainda não vista no Chile, porém dentro de um regime ditatorial, nesse sentido:

Ficaram fora do museu a crise profissional, a coerções sobre o Colegio de Arquitectos, a diminuição e manipulação dos concursos, as modificações dentro das escolas de arquitetura, o desmonte dos corpos acadêmicos, as limitações sobre as publicações, a paralisia nas construções e o sempre presente ‘problema da habitação’, entre outros (Carvajal, 2021, p.27, tradução nossa).

A própria Revista AUCA (1978) da *Universidad de Chile* relata que no evento as questões econômicas e sociais, que afetavam a prática profissional, ficaram fora do debate, de modo a produzir discussões rasas e sem engajamento social.⁷

Por mais que a primeira Bienal de 1977, em algum nível, tenha representado um respiro em meio à repressão cultural do regime ditatorial, quando voltamos nossa análise para as universidades a situação não é a mesma. Dentro do contexto da política de “limpeza” implementada para desconstruir os feitos de Salvador Allende, Errázuriz (2009) aponta que as universidades chilenas

⁵ O único concurso promovido nos 18 anos de regime militar pelo governo se deu no mesmo ano do plebiscito pelo fim da ditadura em 1988, cuja arquitetura não dialogava com a produção anterior e nem com a posterior: o Congresso Nacional de Valparaíso. Para chegar a essa conclusão basta comparar este projeto com os dois concursos a ele imediatamente conectados temporalmente – o último concurso no período de Allende e o primeiro do período democrático, ou seja, respectivamente a *Remodelación del Centro de Santiago* e o *Pabellón de Chile en la Expo Sevilla 1992*. Para Liernur (2009) o campo arquitetônico encontrava-se em *desconcerto* no sentido de desconstrução dos feitos do período de bem-estar social, fruto de um Estado autoritário, pressões modernizadoras e a discussões entre o movimento moderno e pós-moderno. Nesse contexto, formava-se um imbróglgio que ainda não havia encontrado suas soluções arquitetônicas.

⁶ Para o autor, criou-se uma política cultural fortemente centralizada e direcionada ao nacionalismo, principalmente por meio da criação do cargo de Assessor Cultural da Junta de Governo em 1974. O nome para tal cargo foi designado a Enrique Campos Menéndez, um político e escritor conhecido por suas convicções de direita, que assumiu um papel central como ideólogo e promotor cultural do regime, atuando inclusive na redação dos primeiros comunicados e discursos da ditadura. Fernando Carvajal (2021) em *Lo Nuevo de Nuevo* aponta que, a partir de 1977, o Estado passava a realizar concessões em cultura com a finalidade de melhorar sua imagem para ganhar maior legitimidade tanto no exterior quanto na esfera nacional. A ideia defendida pelo autor – sobre a passagem de uma fase militar para uma fase fundacional – evidencia uma estratégia que objetivava assegurar maior longevidade ao regime.

⁷ Ver mais em Torrent in Adriá, 2011.

passaram por uma revisão na grade curricular e nos principais cargos universitários, sobretudo quanto à repressão de ideias associadas ao marxismo e à oposição política, priorizando uma formação técnica alinhada aos interesses do governo e aos princípios por ele definidos, como o nacionalismo, ao mesmo tempo em que se reduzia o enfoque crítico da educação.

Voltando tal análise para o campo arquitetônico, Liernur (2009) aponta que na universidade estatal (Universidad de Chile) e nas duas universidades provenientes da Igreja Católica (a de Santiago e a de Valparaíso), a repressão parece ter sido mais amena no que diz respeito a desconstrução de equipes de trabalho e de correntes de pensamento. Dentre tais universidades, a Escola Católica de Valparaíso aparenta ter sofrido um pouco mais de censura e repressão justamente porque podia ser considerada subversiva com suas experimentações artísticas e provocativas das *Travesías*, *Amereida* e *Ciudad Abierta*.

A *Universidad Católica de Chile* em Santiago, por sua vez, ganhou destaque no período democrático, de modo que a análise histórica para compreender tal fenômeno remete ao período ditatorial. Para entender esse fortalecimento da arquitetura na Católica, basta considerar o dado de que 61% dos arquitetos de destaque na nova fase da arquitetura chilena, são provenientes dessa universidade e 65,6% são ou foram professores da mesma instituição⁸. No contexto anterior, como aponta Liernur (2009), talvez a censura atenuada tenha contribuído para o surgimento de novas revistas na universidade, até culminar na *Ediciones ARQ*, que hoje representa uma das editoras mais destacadas da América Latina.

A hipótese trabalhada em pesquisa defende que a Católica de Santiago estava mais livre para a produção de inovações e conhecimentos no regime militar, por representar a base ideológica do regime: sua Faculdade de Economia formou os 'Chicago Boys' e redigiu o 'El Ladrillo', documento-base do neoliberalismo chileno implementado pela ditadura. Essa aliança com a *Universidad Católica* de Santiago pode ser lida como contribuição para a legitimação de um modelo econômico que se consolidaria nas décadas seguintes, e também como influência para a universidade como um todo vivenciar uma maior liberdade em suas correntes de pensamento (ver mais em Neri, 2025).

Outro aspecto que evidencia privilégios, na *Pontificia Universidad Católica* em Santiago, rebate também na faculdade de arquitetura onde 61% dos arquitetos mais renomados que emergiram no cenário democrático, com base nas sistematizações em pesquisa feitas a partir do *Blanca Montaña*, são provenientes da mesma. Também os cinco primeiros nomes que ganham as revistas internacionais (Cecilia Puga, Mathias Klotz, Sebastian Irarrázaval, Smiljan Radic e Alejandro Aravena) possuem a mesma graduação. No que diz respeito à formação destes profissionais, foram influenciados pela revisão curricular com uma abordagem mais técnica proveniente da “limpeza” do regime e também pelo surgimento das Bienais de Arquitetura a partir de 1977.

Por mais que a *Pontificia Universidad Católica* em Santiago represente boa parcela da procedência dos arquitetos mais renomados, a segunda universidade com maior porcentagem

⁸ Informações sistematizadas a partir do livro *Blanca Montaña*, consolidado como fonte primária na presente pesquisa. A publicação, por um lado, compila mais de cem obras do período analisado e, por outro, mobiliza agentes e lógicas de interesse articuladas em torno da disseminação da arquitetura chilena no cenário internacional. O volume é analisado a partir de suas ideias iniciais, narrativas, iconografia e mecanismos de fomento, o que permite leituras não apenas de ordem arquitetônica, mas também política, econômica e geopolítica. O contexto do projeto editorial e de lançamento do livro dialoga tanto com aparições de destaque internacional — como a premiação do Leão de Prata a Alejandro Aravena na Bienal de Veneza de 2008, voltada a jovens arquitetos promissores — quanto com a crise financeira global iniciada naquele mesmo ano, conhecida como *subprime*.

trata-se da homônima em Valparaíso com 9.8% dos arquitetos representados no livro *Blanca Montaña*. Porém a influência de tal Escola pode estar para além da formação universitária assim como Liernur (2009) também aponta. Como relatado anteriormente, na *Ciudad Abierta* e em todos os aspectos mais experimentais deste campus, havia uma arquitetura em efervescência no período de bem-estar social, mas que no contexto da ditadura pode ser compreendido com um aspecto subversivo. Neste sentido, o arquiteto José Cruz Ovalle (2024) em entrevista concedida relatou um processo de evasão dos professores da Católica de Valparaíso para a de Santiago como uma tentativa de lidar em menor intensidade com a censura. Além disso, contribui para tal leitura o retorno das *Travesías* apenas cinco anos antes do fim do regime de Augusto Pinochet

Por isso, especula-se que o contexto possa ter proporcionado um diálogo mais intenso e construtivo entre a abordagem das duas escolas em prol da nova arquitetura emergente no período democrático. Através de alguns exemplos projetuais largamente sistematizados utilizando o livro *Blanca Montaña*, assim como, por meio de entrevistas com arquitetos, especula-se que o aspecto de experimentação material da *Ciudad Abierta*, enquanto um diálogo artístico, tenha rebatido na nova fase arquitetônica no período posterior. Ou seja, estamos falando de uma arquitetura mais técnica principalmente no que diz respeito à *exequibilidade* proveniente da Escola de Santiago e de uma arquitetura mais artística principalmente na questão de exploração da materialidade e de seus aspectos sensoriais provenientes da Escola de Valparaíso.

Em conclusão, no período de 1970 a 1990 no Chile, sob o regime ditatorial liderado por Augusto Pinochet, o Estado não foi um agente direto na promoção de arquitetura enquanto construtor, a exemplo do abandono na tradição de promoção de concursos. Porém, por meio da reformulação econômica, política e cultural extremamente nacionalista, a arquitetura igualmente se reconstruía, ou seja, a institucionalidade desenvolvida sob Allende era desconstruída. Sob uma política autoritária de “limpeza”, criou-se uma expressiva centralização das políticas culturais que rebateram naturalmente no modo pensar e produzir arquitetura. Com autoritarismo, censura e autocensura tanto nas grades curriculares quanto nas bienais de arquitetura, houve considerável fomento a uma formação mais técnica dos arquitetos onde questões sociais precisaram deixar de ser discutidas ou se manifestarem de forma velada. Com favorecimento a determinadas universidades principalmente aquela que constituía a base ideológico-econômica do regime, o Estado chileno neste período influenciou decisivamente, silenciando certas correntes e promovendo novas que se uniriam no período democrático.

Após 15 anos da ditadura, o regime começou a se desgastar com crescente oposição e desilusão entre os setores que o apoiavam. O plebiscito de 1988, que determinou o fim do regime, foi central para a transição. A vitória do "NO", articulada pela *Concertación de Partidos por la Democracia*, foi largamente atribuída à eficácia de suas estratégias de marketing e publicidade. Com o resultado (55.99% dos votos pela democracia), para a presente pesquisa, pode-se especular que essas ferramentas publicitárias ganharam um novo *status* valorativo no imaginário coletivo chileno, firmando-se como instrumentos legítimos de construção de imagem e consenso⁹.

⁹ O filme *¡NO!* (Larraín, 2012) retrata detalhadamente a campanha do plebiscito. A narrativa fílmica evidencia como a equipe do "NO" empregou técnicas inovadoras, com uma mensagem otimista e emocionalmente envolvente—centrada na ideia de "esperança"—para se contrapor à campanha do "SI", associada ao medo. Esse argumento também se consolida em pesquisa a partir da análise narrativa do filme *No!* e de aproximações diversas com lógicas da indústria cultural intensificadas no campo arquitetônico chileno. Ver mais em Neri, 2025.

Com a *Concertación* no poder a partir de 1990, abria-se caminho para uma nova reformulação do Estado e consequentemente da arquitetura também. Com a abertura do regime e a manutenção do modelo neoliberal, do ponto de vista de relações internacionais era necessário refundar e relegitimar a imagem do país perante o mercado internacional para distanciar-se da imagem do autoritarismo de Augusto Pinochet. No campo da arquitetura, em 1990, retomando a tradição de concursos perdida na ditadura, abriam-se as inscrições de propostas para o pavilhão chileno na Bienal de Sevilha que ocorreria em 1992 (Molina, 2014) que, além de reapresentar o país por meio da arquitetura, também abrigaria o trabalho dos mesmos publicitários da campanha do *¡NO!*.

Como exposto por Parrochia (2019), o diretor criativo do projeto para o Pavilhão Chileno tratava-se de um nome já conhecido na campanha "No!" (Eugenio García) com um papel central na estratégia de marketing para que o Chile fosse apresentado como um país sério para negócios e com alta capacidade de exportação. Apesar de ter sido alvo de críticas com o transporte de um iceberg, também foi efetivo em seu marketing na promoção do país. Na exposição também estava presente um "Empório", onde eram oferecidos produtos chilenos, reforçando a mensagem de que o país possuía bens de exportação diversificados, para além do cobre. Destaquemos a presença de peixes e vinhos ali – produtos de exportação que pouco tempo depois se tornariam diferenciais chilenos.

No que diz respeito à arquitetura, a Bienal de Sevilha trazia o projeto arquitetônico que ficou demarcado pela historiografia como o marco inaugural da nova fase da arquitetura chilena contemporânea. Concebido por Germán del Sol e José Cruz Ovalle, esse projeto em diálogo com o contexto histórico-educacional da ditadura, colabora para a hipótese de que no período democrático, a nova arquitetura chilena incorporou elementos das Escolas de Valparaíso e de Santiago. A partir da análise da trajetória individual dos autores, é possível perceber uma interconexão com ambas as universidades, o que sugere uma confluência de influências e práticas. Germán del Sol formou-se na Pontificia Universidad Católica de Santiago, enquanto José Cruz Ovalle iniciou sua formação na instituição homônima de Valparaíso. Este último, em entrevista concedida, revelou a estreita relação familiar com Alberto Cruz Covarrubias e Fabio Cruz Prieto, dois arquitetos fundamentais para a nova abordagem arquitetônica fundada na Escola de Arquitetura nas décadas de 1950 e 1960 mencionada anteriormente.

Do ponto de vista projetual, também podemos encontrar diálogos com os modos de pensar e produzir de ambas as Universidades Católicas do Chile no pavilhão. Em diálogo com a abordagem mais técnica da Escola de Santiago, encontramos no projeto o uso de grandes vãos, pré-fabricação e uso de madeira como revestimento exterior. Enquanto uma abordagem mais artística em sintonia com Valparaíso, a exploração do percurso por meio da sinuosidade do pavilhão e dos diferentes feixes de luz que tal trajeto intencionalmente proporcionava. Além disso, como destacado anteriormente, toda a arquitetura apresenta o aspecto de monomaterialidade em pinho radiata com a intencionalidade de induzir a uma maior percepção sensorial da materialidade arquitetônica. Deste modo posto, o Pavilhão Chileno na Bienal de Sevilha cruzava os processos artísticos e políticos em uma arquitetura com enorme papel simbólico, tanto por reapresentar o país ao mundo ao final da ditadura, quanto por inaugurar uma fase de prestígio da arquitetura chilena que ganharia reconhecimento internacional.¹⁰

¹⁰ Para além de 1992, podemos encontrar diálogos com uma abordagem mais poética como no caso da Escola de Valparaíso em distintos projetos. Tomando como exemplo os projetos Casa Ugarte (Mathias Klotz – 1995), Hospedaria del Errante (Manuel

Também podemos encontrar, como caixa de ressonância das camadas históricas precedentes ao período democrático, a relação mais aproximada da arquitetura chilena com o pragmatismo, a exequibilidade e o menor questionamento das demandas e contextos socioeconômicos nos quais os projetos estão inseridos. Ou seja, como nos casos mencionados anteriormente, sobre a revisão das grades curriculares para uma formação mais técnica e menos crítica, e no que diz respeito também à censura e autocensura presentes nas bienais de arquitetura a partir de 1977, com a pretensão de discutir a função social do arquiteto. Para compreender esse diálogo materializado na arquitetura pós-ditadura, mencionaremos abaixo os casos da Casa Klotz e Habitações Incrementais.

Em entrevista, o arquiteto Mathias Klotz relatou o processo de elaboração e criação da Casa Klotz. As diretrizes de projeto em muito se articularam em torno da viabilidade e facilidade de execução, tendo como premissa as limitações financeiras do projeto. Dentro desse contexto, Klotz relata que a indústria da madeira cresceu muito nos últimos 15 anos no Chile, de modo que tanto o material quanto o serviço se tornaram melhores e mais acessíveis. Partindo disso, o arquiteto concebeu o projeto todo em uma única materialidade e com um único contratado para a execução da obra – um marceneiro (Klotz, 2024). O intrigante de tal relato esbarra no vanguardismo de tal obra. A Casa Klotz foi construída em 1991 e, por mais que o Pavilhão de 92 seja considerado o marco inaugural da nova fase, o projeto de Mathias o antecede não apenas temporalmente, mas também adianta uma série de abordagens importantes para a nova arquitetura como a monomaterialidade que, neste caso, surgiu de uma limitação financeira.

Outro sinal de uma postura pragmática é o menor questionamento, por parte dos arquitetos, das demandas e contextos socioeconômicos nos quais os projetos estão inseridos. Em diálogo com o novo modo de pensar o *quehacer* profissional presente nas Bienais de Arquitetura a partir de 1977, naquilo que foi fomentado e censurado pela ditadura, podemos usar como exemplo a produção de Alejandro Aravena nos anos 2000, com as Habitações Incrementais. O referido arquiteto, em seu exercício profissional, não questiona o problema da falta de orçamentos para a construção de habitações sociais ou a sobrecarga de trabalho por meio da autoconstrução concedida a um cidadão que já vive em uma situação de vulnerabilidade. A resposta arquitetônica ali defendida se baseia na construção de “meia casa” e, por mais que existam lógicas de projeto consagradas pelo campo erudito internacional, a arquitetura assume a resposta arquitetônica de “meia solução” social. Deste modo, constrói-se uma concepção da arquitetura no Chile como um campo social, cuja atuação se encontra estritamente delimitada pela demanda do cliente, sem brechas para questionar o modelo ou qualquer outra instância que tenha reverberações sociais.

Os projetos mencionados anteriormente, relacionados ao período democrático – o Pavilhão de 1992, a Casa Klotz e as Habitações Incrementais – inserem-se no processo amplamente documentado pela historiografia, que aborda a ascensão e o reconhecimento da arquitetura chilena. De acordo com as análises de Pastorelli (2017) e Adriá (2011), esse processo se manifestou, inicialmente, de forma predominante por meio da construção de segundas residências

Casanueva - 2001), Puta Pite (Teresa Moller - 2005), Casa Poli (Mauricio Pezo e Sophia Von - 2005) e Universidad Adolfo Ibáñez Campus Viña del Mar (José Cruz, 2011) podemos encontrar isso por meio da materialidade, volumetria e espacialidade como lógicas projetuais recorrentes na arquitetura chilena contemporânea. Enquanto a estética monomaterial ganha protagonismo na expressividade espacial, a volumetria exterior e sua relação com a paisagem cria paralelismo com a estética escultórica. O percurso interno, por sua vez, traz a contemplação e as sensações para a descoberta espacial do projeto.

luxuosas para a elite, erguidas em locais privilegiados pela paisagem e contemplação. Exemplos emblemáticos desse fenômeno são a Casa Klotz, bem como a Casa Poli, amplamente citada nas publicações especializadas. Tais projetos, como aponta Pastorelli (2007), destacaram-se significativamente em revistas internacionais, com um pico de visibilidade entre 1997 e 2006, segundo a cronologia estabelecida pelo autor.

O aumento da presença dessas casas luxuosas nas revistas, correspondeu ao aumento da demanda, de onde se presume uma relação entre a arquitetura e os desdobramentos da política econômica precedente. As medidas documentadas em *El Ladrillo*¹¹ e implementadas sob o comando de Pinochet, se caracterizaram, como expõe Robledo (2020) pelo extremo favorecimento para as importações no Chile, por meio da redução drástica das tarifas de importação, eliminação de controle de preços, privatização de empresas estatais e liberalização financeira permitindo maior entrada e saída de capitais estrangeiros. Muitos autores, como Marcos Robledo (2020) e Mario Matus (in Universidad De Chile, 2019) apontam como desdobramento de tais políticas a crescente concentração de renda, favorecendo alguns setores. Assim sendo, podemos possivelmente relacionar as segundas residências com um processo econômico da ditadura que marcou o fortalecimento econômico da elite chilena.

Assim como no caso acima apontado, em que as dinâmicas econômicas podem ecoar na arquitetura em efervescência no período democrático, a reformulação econômica com os tratados de livre comércio também dialoga com a arquitetura chilena contemporânea. A tentativa que começou em 1985, pela ProChile (Direção Geral de Promoção de Exportações do país), para diversificar os produtos de exportação com a intencionalidade de minimizar a vulnerabilidade às variações do mercado, ganharia corpo a partir dos anos 90, com as novas condições materiais, em que o vinho chileno ganharia destaque entre os maiores produtores do mundo, mas também cresceram consideravelmente a produção de salmão e celulose (ProChile, sitioweb¹²). Ou seja, estamos discorrendo sobre os bens de exportação que já estavam presentes no empório do Pavilhão de Sevilha de 1992.¹³

A materialização na arquitetura das mudanças no setor vinícola é evidenciada pelo aumento significativo no número de vinícolas construídas, como os projetos Bodega de Vinos Las Niñas (Mathias Klotz, 2000), Viñedos Orgánicos Santa Emilianita (José Cruz Ovalle, 2002) e Viña Vik (Smiljan Radic, 2014), entre outros. Talvez também o crescimento da indústria de celulose por meio das exportações possa rebater no caso chileno. Com base nas sistematizações realizadas em

¹¹ Como mencionado anteriormente, o documento *El Ladrillo* constituiu o instrumento por meio do qual os Chicago Boys consolidaram a ideologia neoliberal, sendo também largamente empregado durante o regime ditatorial para a implementação desse modelo econômico.

¹² Informação disponível em: <<https://www.prochile.gob.cl/quienes-somos/historia>>. Acessado em mar. 2024.

¹³ Segundo a perspectiva de Marcos Robledo (2020), com a implementação de distintos tratados de livre comércio, o Chile passava de uma lógica unilateral para outras com menos dependência e vulnerabilidade sejam elas multilaterais, bilaterais ou regionais para reduzir as barreiras tarifárias, entre outras estratégias, no comércio exterior. Os Tratados de Livre Comércio (TLCs), começaram com o TLC Chile-México (1998), seguido por acordos estratégicos como o TLC Chile-Canadá (1997) e o Mercosul-Chile (1999), impulsionando o acesso ao mercado latino-americano. Em 2003, a assinatura do TLC Chile-Estados Unidos e o TLC Chile-União Europeia (2002) consolidaram a posição do país nos principais mercados de vinho, removendo barreiras tarifárias e ampliando a competitividade. A partir de 2006, o TLC Chile-China abriu portas para um dos maiores mercados de consumo mundial, enquanto, em 2018, o CPTPP (Acordo Transpacífico) incorporou países-chave como Japão, Austrália e Canadá, fortalecendo ainda mais o acesso do vinho chileno à Ásia e Oceania. Além disso, a Aliança do Pacífico (2012) estreitou laços com Peru e Colômbia, ampliando a inserção regional. Esses acordos têm sido cruciais para o crescimento das exportações chilenas ao reduzir tarifas e abrir novos mercados competitivos.

pesquisa a partir do *Blanca Montaña*, 48,7% dos projetos com material predominante na arquitetura chilena contemporânea são, ao final, em madeira. Uma das matérias primas mais exportadas do Chile, com alta tecnologia agregada.

Como mencionado anteriormente pelo arquiteto Mathias Klotz, a indústria de madeira no Chile se desenvolveu muito ao longo dos anos. A empresa Arauco que comercializa madeira e celulose para além do território nacional, com atuação destacada como uma das maiores empresas internacionais nesse ramo, reúne além de tecnologia, uma quantidade expressiva de riqueza. Tratava-se de uma empresa estatal que foi privatizada durante a ditadura e beneficiada pela liberalização da economia crescente do Chile. Ela é encabeçada por uma das famílias mais ricas do Chile de sobrenome Angelini, e também se tornou acionista com 40% do Grupo Elemental que manifesta a marca do arquiteto mundialmente reconhecido - Alejandro Aravena (La Tercera, sitioweb¹⁴).

Não menos importante, Segundo Farris e Salgado (2019), a empresa Arauco e o grupo Elemental em parceria público-privada estiveram presentes na construção de habitações de interesse social incrementais em madeira após catástrofes naturais como o terremoto de 2010 no Chile. A localização dessas construções, conforme relatado pelos autores, estava estrategicamente posicionada em regiões de interesse para a empresa Arauco, no que diz respeito à perpetuação do monocultivo, à concentração fundiária em vastas áreas e à manutenção de um grande número de trabalhadores. Entre os projetos mais notáveis, destaca-se o renomado Villa Verde erguido em 2010.

ESTADO AGENTE

Por mais que, através das camadas históricas precedentes ao período democrático, possamos enquadrar o Estado como um agente para o surgimento da arquitetura chilena por meio das condições materiais e culturais por ele proporcionadas, a partir dos anos 90, a atuação do governo sobre o campo arquitetônico pode ser lida e compreendida desde outras perspectivas. Como aponta Horacio Torrent (*in* Adriá, 2013), o poder público, enquanto agente na primeira década democrática chilena, retomou a intervenção sobre a construção do espaço e do território abandonada na ditadura, porém de maneira muito contida. Para o autor, é apenas nos anos 2000, quando a arquitetura chilena ganhou reconhecimento internacional e o “marketing urbano se fez sentir na cena pública”, que o Estado retomou seu papel social enquanto construtor e promotor direto da produção arquitetônica chilena.¹⁵

O argumento de Horacio Torrent ganha respaldo ao analisarmos as seguintes atuações diretas do Estado sobre o campo arquitetônico: a presença da Dirac na Bienal de Veneza a partir de 2002, a construção das obras do Bicentenário de Independência a partir de 2007, a criação da *Marca Sectorial Arquitectura de Chile* em 2009 acompanhada da viagem de Bachelet à China para

¹⁴ <https://www.mch.cl/negocios-industria/roberto-angelini-explica-las-razones-del-fuerte-vinculo-entre-copec-y-elemental/>

¹⁵ A presente análise, que identifica o Estado chileno como agente, dialoga com os apontamentos teóricos de Gorelik (2005). Segundo o autor, o Estado na América Latina tem se apresentado historicamente, a exemplo dos anos 30 e do período de bem-estar social, como um agente central na promoção de condições culturais e materiais para a modernização em momentos de crise ou ruptura. Em conformidade, entendemos que os regimes de Allende e Pinochet, embora opostos, configuraram-se como “motores” de transformação que atuaram “de cima para baixo”, moldando a arquitetura a partir de condições específicas que, por sua força de intervenção, convergiram no período democrático.

divulgá-la e, por fim, a elaboração da *Área de Arquitectura* em 2011. Todas essas iniciativas foram financiadas com verbas públicas e consolidaram a presença do Estado enquanto agente direto na promoção e externalização da arquitetura. Como veremos a seguir, tal atuação pode ser lida como essencial para a construção de um legado arquitetônico, urbano e político, mas também evidencia complexidades e contradições do modelo político chileno e suas articulações com questões sociais e culturais.

Para compreender a atuação do Estado no campo enquanto um legado urbanístico é essencial analisar seu papel através das Obras do Bicentenário de Independência do Chile. Concebidas nos anos 2000 sob a presidência de Ricardo Lagos e iniciadas na gestão de Michelle Bachelet a partir de 2006, tais construções relacionam-se a um grande plano comemorativo que acionou a arquitetura e o urbanismo para celebrar os 200 anos de independência do Chile.

Com base no Relatório do Ministério de Obras Públicas (MOP, 2010), o plano totalizou mais de 200 projetos construídos ao longo do país, incluindo marcos urbanísticos focados em parques urbanos e obras de infraestrutura viária e costeira.¹⁶ Esse processo de renovação estendeu-se, de forma crucial, a um conjunto de obras públicas que dialogavam não apenas com o momento histórico da independência, mas também com as memórias de dor da ditadura¹⁷.

Dentre os projetos inseridos neste contexto de memória, podemos destacar o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (2009), o Centro Cultural Gabriela Mistral e Plaza de la Ciudadanía (reforma de 2010) e o Centro Cultural Palacio de la Moneda (2005). Diante do papel do Estado chileno, observamos nestas obras um esforço politicamente simbólico de ressignificar as memórias de dor ao transmitir por meio da arquitetura valores educativos e democráticos. Com a atuação direta do Estado, o conjunto destas obras pode ser lido como um legado não apenas arquitetônico, mas também urbanístico e político.

Mas, o interesse do Estado chileno pela arquitetura enquanto cultura a ser fomentada, se materializa também com viés mercadológico em diversas ações estratégicas. A concepção da arquitetura como Marca Nacional junto ao Ministério de Relações Exteriores e outros agentes privados, exemplifica essa dinâmica. Como destacado na entrevista concedida por Paola Cespedes (2024), a *Marca Sectorial Arquitectura de Chile*, desenvolvida em conformidade com

¹⁶ Com base no Relatório do Ministério de Obras Públicas (MOP, 2010), entre os principais marcos urbanísticos estão os parques urbanos e as obras de infraestrutura viária. O Parque La Aguada (novo Parque Víctor Jara), por exemplo, foi concebido não apenas como um espaço de lazer, mas também como uma solução para melhor controlar as inundações em Santiago. No campo da infraestrutura viária, projetos como o *Paseo Sobre Nivel Las Golondrinas*, em Valparaíso, combinam soluções de mobilidade com áreas para práticas esportivas. As intervenções no litoral chileno, como o *Paseo Wheelwright*, em Valparaíso, mostram a revitalização de áreas costeiras, por meio da mescla entre turismo e lazer.

¹⁷ Compreendamos os diálogos históricos materializados nestes projetos. Como mencionado anteriormente, o Centro Cultural Gabriela Mistral, originalmente construído em 1971, materializava os feitos progressistas de Salvador Allende. No dia 11 de setembro chileno de 1973, os rumores de golpe se consolidaram no ataque efetivo pelo exército e força aérea chilenos, que explodiu o Palácio de la Moneda e assassinou o presidente Salvador Allende (Memorial Chilena, [sitioweb](#)). Enquanto o palácio do governo era reconstruído, o centro de operações da junta militar se transferiu para o Centro Cultural Gabriela Mistral até 1981. Reintitulado, neste contexto, como Edifício Diego Portales, a nova sede do poder político chileno trazia consigo novas memórias de dor. Diversas imagens históricas que documentam o autoritarismo da ditadura, apresentam como pano de fundo o referido edifício e o ditador Augusto Pinochet, simbolizando o regime de opressão vigente na época (GAM, [sitioweb](#)¹⁷). Com a celebração do Bicentenário de Independência, vinte anos depois do fim da ditadura, em frente ao palácio do governo, criou-se a *Plaza de la Ciudadanía* e no subsolo o *Centro Cultural Palacio de la Moneda*. Como exposto por Marianna Al Assal (2018), a proximidade espacial com a sede do poder executivo demonstrava a intencionalidade de criar espaços livres e conectados como uma celebração à democracia. O *Centro Cultural Gabriela Mistral* também por causa de um incêndio no ano de 2006, passou por um concurso para a sua reformulação arquitetônica e reativação enquanto centro cultural. O *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, por sua vez, cria diálogos históricos com as memórias de dor da ditadura justamente porque expõe um vasto acervo que documenta os atentados aos direitos humanos cometidos entre 1973 e 1990.

o programa da ProChile, visava criar uma imagem de prestígio para inserir a arquitetura chilena em mercados internacionais.¹⁸

Talvez esse viés mercadológico na arquitetura tenha encontrado sua expressão máxima quando Michelle Bachelet, então presidente do Chile, em 2009 viajou à China para, entre outras coisas, apresentar e promover a *Marca Sectorial Arquitectura do Chile*. Na viagem oficial, a presidenta lançou o *Plan de Posicionamiento de la arquitectura chilena en China*, como uma aliança público-privada com a presença dos organismos estatais Pro-Chile, Direcon e CORFO (Comité Imagen País). Tal evento pode ser compreendido como desdobramento de um processo histórico em que a cultura no Chile perante o Estado passou a ser concebida cada vez mais como capital cultural de interesse ao mundo dos negócios.

Conforme exposto anteriormente, já na ditadura a partir de 1977, o Estado começa a entender as instâncias culturais do país como ferramentas para a construção de maior legitimidade política. Essa política foi progressivamente institucionalizada no período democrático, iniciando-se com a criação do *Fondo Nacional para el Desarrollo Cultural y las Artes* (Fondart) em 1992 e evoluindo para o *Consejo Nacional de la Cultura y las Artes* (CNCA) em 2003. A simbiose entre mercado e cultura solidificou-se com a adoção do conceito de "Economia Criativa" em 2015, entendido oficialmente como a geração de empregos e propriedade intelectual a partir da criatividade.

Enquanto desdobramento de uma imagem arquitetônica intencionalmente valorizada e externalizada, podemos identificar no poder público um agente que impulsiona a continuidade do processo de aparição e prestígio da arquitetura chilena que começou nos anos 90. Além disso, o crescente interesse sobre a arquitetura e a cultura em geral desde 1977, pode representar o início de um modelo em reformulação que diz respeito não apenas à articulação entre arquitetura e Estado, mas a todo um modelo político e a sua construção de legitimidade.

A intensificação do papel do Estado chileno na promoção da cultura e da arquitetura, com ênfase na valorização de sua imagem internacional com um viés mercadológico, leva-nos a um debate mais amplo sobre a natureza do neoliberalismo chileno contemporâneo, em que os conceitos por detrás deste modelo se mostram mais complexos. Dialoga com isso o trabalho de Quinn Slobodian (2018) ao negar a ideia de estado mínimo, ao menos na interpretação convencional associada ao neoliberalismo como defensor de mercados autorregulados e da redução drástica do papel estatal.¹⁹ Slobodian (2018) destaca que, para os neoliberais, os mercados não eram entidades naturais que funcionavam por si mesmas, mas construções políticas que precisavam de estruturas legais específicas.

No caso chileno, conforme exposto por Fernando Atria (2013) e Fabio Santos (2018), as lógicas institucionais que garantem as demandas e benefícios ao mercado estão encapsuladas na

¹⁸ Para isso, foram enfatizados atributos como adaptabilidade, flexibilidade, segurança e sustentabilidade, promovidos por meio de estratégias de marketing. A adaptabilidade e a flexibilidade são ressaltadas pela diversidade geográfica do Chile, um país extenso de norte a sul, exigindo da arquitetura uma adaptação a diferentes contextos climáticos. A segurança, por sua vez, é associada à confiabilidade nos negócios e à expertise do país na construção de projetos resistentes a atividades sísmicas. Já a sustentabilidade é vinculada principalmente ao uso da madeira, especialmente com o enfoque no reflorestamento e na incorporação de alta tecnologia no processo.

¹⁹ Slobodian em *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism* desafia essa visão ao analisar os pensadores neoliberais, como Friedrich Hayek e Wilhelm Röpke, propondo que esses teóricos defendiam não a eliminação do Estado, mas seu redesenho para criar e proteger mercados. A tese central de Quinn é que os neoliberais viam o mercado como um fenômeno que necessitava de condições institucionais e jurídicas externas para funcionar. A proposta não era a de um Estado mínimo quantitativo, mas de um estado qualitativamente forte, com foco na criação de estruturas jurídicas e institucionais capazes de “encapsular” os mercados.

Constituição do Chile elaborada em 1980 na ditadura, mas também são continuadas em diversas políticas da *Concertación* (1990-2009). Mesmo em áreas fundamentais, como educação, trabalho e aposentadoria, os autores apontam que esse arcabouço normativo e político reforça desigualdades estruturais, direcionando recursos públicos e estruturas institucionais para beneficiar o setor privado.²⁰

Tendo por base analítica a continuação de políticas neoliberais durante a *Concertación* no Chile, Fernando Atria (2013) elabora o conceito de *neoliberalismo con rostro humano* cujo conteúdo abarca tal continuidade sob um verniz humano. O autor com base nas políticas públicas em áreas essenciais como educação, trabalho e aposentadoria, alega que as estruturas econômicas neoliberais herdadas da ditadura de Pinochet são mantidas, mas suavizadas à medida que o Estado se posiciona como um agente que compreende as problemáticas nestas áreas e quer melhorá-las ao adotar tais propostas, porém o faz entrelaçando soluções sociais com as dinâmicas e condicionantes do mercado. Nesse sentido, Atria (2013) alega que tais políticas se mostram restritas a combater as consequências e não as causas das problemáticas sociais e utiliza esse contexto para criar uma teoria que explique o neoliberalismo chileno.

Se recapitularmos o viés mercadológico presente na *Marca Sectorial Arquitectura de Chile*, percebemos também a presença de um posicionamento estatal cujas propostas políticas costuram alguma demanda social (maior oportunidade de empregos) com a perspectiva de retorno financeiro a partir de tal proposta (exportação de serviços). Porém, nesse caso, ao contrário das políticas de AFPs (Administradoras de Fondos de Pensão) e CAEs (Crédito com Garantía Estatal), o Estado não se volta para articular agendas financeiras, nas quais o cidadão fica vulnerável às oscilações do mercado e aos interesses bancários. Ainda que o objetivo seja o fomento estatal aos interesses de mercado, as ações são direcionadas para setores produtivos, indústrias e serviços, beneficiando, em alguma medida, as dinâmicas econômicas reais que envolvem renda e emprego para a população chilena.

Essa diferença pode ser estabelecida quando retomamos o exposto sobre a *Marca Sectorial Arquitectura de Chile*, vinculada ao Ministério de Relaciones Exteriores. Essa marca desempenha um papel duplo: por um lado, promove arquitetos já consagrados em nível internacional consolidando uma imagem de qualidade e prestígio no exterior, e, por outro lado, incentiva consórcios que oferecem oportunidades a profissionais menos reconhecidos, como uma forma de incluir novos talentos nos mercados globais a exemplo da experiência de Fernando Marín que esteve por onze anos na China. O surgimento do programa *Marcas Sectoriales* pelo governo em 2009 dialoga diretamente com a recessão econômica de 2008, de modo que mais uma vez a política se evidencia como uma resposta às demandas do mercado. Importante ponderar que,

²⁰ Distintas políticas como o sistema de vouchers e CAE na educação, a precarização do trabalho e o sistema das AFPs (ver mais em Santos, 2018) revelam a continuidade de uma lógica neoliberal institucional que, respaldada pela Constituição de 1980 e por reformas subsequentes, subordina direitos sociais às dinâmicas de mercado. Seguindo a análise de Quinn Slobodian (2018), no caso chileno, o modelo neoliberal não defende a eliminação do Estado, mas sua reconfiguração para proteger e organizar os mercados. No Chile, o Estado não é mínimo, mas intervém no sentido de criar e manter estruturas jurídicas que favorecem o setor privado, inclusive facilitando essa presença em áreas estruturais para a vida dos cidadãos como educação, trabalho e previdência social. Esse modelo perdura nos anos 2000 (a exemplo do programa CAE implementado em 2005) quando o Estado se mostra como um agente direto e interessado no campo arquitetônico, como nos casos mencionados das obras do Bicentenario de Independência, mas também do programa *Marca Sectorial Arquitectura de Chile*. Para compreender esse mesmo modelo interagindo com o campo arquitetônico chileno recorreremos à compreensão teórica dos conceitos de "neoliberalismo progressista" e "*neoliberalismo con rostro humano*" cunhados respectivamente por Nancy Fraser (2019) e Fernando Atria (2013).

conforme exposto em entrevista com profissionais atuantes na *Marca Sectorial Arquitectura de Chile*, houveram muitos desafios financeiros que provavelmente resultaram em um retorno econômico não tão considerável para o país. Embora o programa não tenha alcançado grandes mercados como a *Marca Sectorial Wines of Chile*, ele revela diálogos e articulações diretas sobre a forma como o Estado intervém no campo arquitetônico, em consonância com as dinâmicas de mercado.

O caso da arquitetura chilena que talvez encontre mais diálogos com o conceito de *neoliberalismo con rostro humano* de Fernando Adriá (2013) se direciona para um dos projetos mais mencionados nas revistas internacionais conforme Mondragón (2017) aponta: as habitações incrementais do grupo Elemental lideradas por Alejandro Aravena. Com capital cultural legitimado pela Bienal de Veneza, esses projetos incorporam a autoconstrução em sua concepção para construir “meia casa”. Sob a justificativa de exíguos fundos, além de parceria-público privada com o envolvimento de uma das famílias mais ricas do Chile (Farris; Salgado, 2019), constrói-se uma resposta arquitetônica que pressupõe novo ciclo de exploração dos trabalhadores, mas que é apresentada como vantajosa perante as condições de pobreza e vulnerabilidade social.

Nancy Fraser (2019), por sua vez, converge com as leituras de Fernando Atria, sobre um modelo econômico neoliberal que mescla pautas de interesse tanto para os setores mais à direita como para os mais à esquerda. A autora, a partir dos EUA como exemplo, define o "neoliberalismo progressista" como uma aliança entre o capitalismo global e movimentos progressistas, como feminismo liberal, multiculturalismo e direitos LGBTQ+. Para a autora, esse modelo exportado e adaptado em outras nações, particularmente aquelas com economias neoliberais integradas à globalização, utiliza valores de diversidade e inclusão para legitimar as políticas neoliberais, criando uma imagem de progresso social, enquanto reforça a concentração de riqueza e poder. Aqui, a política é compreendida como ferramenta de instrumentalização da cultura à medida que incorpora recortes muito específicos dos movimentos sociais para receber legitimidade e desviar a atenção das demandas progressistas mais radicais.

Os debates da teoria de Nancy Fraser (2019) sobre a atuação do Estado no campo arquitetônico chileno dos anos 2000, podem ser feitos a partir das Obras do Bicentenário de Independência e das complexidades presentes neste contexto. Como veremos em seguida, tais construções podem ser lidas como um feito simbólico e cultural que agrada a alguns setores progressistas de modo a promover legitimidade ao governo. Além do legado arquitetônico e urbanístico mencionado previamente, com mais de 200 obras, o conjunto de tais projetos também manifestaram valores democráticos em um clima de celebração e valorização da imagem do Chile.

As obras do Bicentenário de Independência traziam consigo uma carga simbólica sobre memórias recentes de dor, de um país que havia saído da ditadura há menos de duas décadas. Ao construir projetos que disseminavam valores democráticos, com especial destaque para o *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, o Estado consolidava uma entrada educativa para conscientizar aqueles que ainda defendiam e defendem a ditadura, apresentando documentos e relatos contundentes e comoventes. O feito, por seu caráter educativo e valorização da cultura, agradava a setores da esquerda de modo a conceder legitimidade política ao governo perante alguns setores.

Evidencia-se a pertinência narrativa daquelas obras na esfera nacional para manter o *status quo*, à medida que o Estado concedia algo que agradaria setores da esquerda insatisfeitos com o

sistema. A ação acontecia em ambiente conturbado, quando começava a ganhar corpo nas ruas uma insatisfação com o governo no que diz às injustiças e vulnerabilidades que a mercantilização de direitos básicos promoveu na vida do cidadão chileno, a exemplo da situação exposta sobre educação, trabalho e aposentadoria (Santos, 2018). Adicionalmente a isso, a desigualdade também integrava esta condição de incomodidade que perdurou por anos no país de modo crescente até o *Estalido Social* em 2019 (Universidad de Chile, 2019).

Se na esfera nacional, os projetos contribuíam para uma imagem positiva com legitimidade política, no contexto internacional a situação não se mostrou diferente. Segundo a análise de Sepúlveda (2009), as obras realizadas no contexto do Bicentenário da Independência revelam um caráter político intrinsecamente relacionado à construção de uma imagem internacional do Chile como um ator competitivo no cenário global. O autor argumenta que as iniciativas não foram concebidas exclusivamente como celebrações históricas, mas também como instrumentos estratégicos para reforçar a *Marca-País* delimitada pelo Ministério de Relaciones Exteriores e sintetizadas no *Sello Bicentenario*. Ele destaca que o enfoque principal das obras foi projetar o Chile como uma nação estável, moderna e em progresso a partir de Santiago enquanto palco principal de tais intervenções²¹. Além disso, Sepúlveda (2009) critica a lógica mercadológica que priorizou megaprojetos de grande visibilidade internacional em detrimento de políticas inclusivas ou regenerativas.

As complexidades e nuances contraditórias por detrás das obras do Bicentenário de Independência chileno dialogam diretamente com a hipótese de Nancy Fraser (2019) sobre os novos setores políticos incorporados à hegemonia segundo a concepção de Antonio Gramsci. Fraser recapitula que um bloco hegemônico é uma coalizão de forças sociais distintas, que uma classe dominante organiza para afirmar sua liderança através de uma construção de visão de mundo imposta como parte integrante do senso comum. Esse bloco incorpora não apenas interesses econômicos, mas também valores legitimadores da hegemonia, combinando aspectos distributivos (como a alocação de recursos) e de reconhecimento (como respeito e estima social).

A lógica liberal enquanto aspecto distributivo pode ser reconhecida por meio dos megaprojetos internos ao MOP (Ministério de Obra Pública), em associação com iniciativas privadas para construir o *Sello Bicentenario* enquanto Marca País com a pretensão de construir uma imagem atrativa aos capitais estrangeiros. Pertinente para a exportação de bens, serviços e para o fomento ao turismo, a imagem construída também dialoga com os aspectos de reconhecimento à medida que associa valores como a melhoria urbana, a celebração da democracia e a conscientização política.

Diante das exposições acima elaboradas, pode-se afirmar que a relação entre segmentos do Estado e o campo arquitetônico e urbanístico, a partir dos anos 2000, revela uma dinâmica multifacetada e contraditória do neoliberalismo contemporâneo. Por um lado, como evidenciado pelas teorias de Quinn Slobodian, Nancy Fraser e Fernando Atria, o Estado não se limita a uma redução drástica de sua função, mas desempenha um papel ativo na criação de estruturas que sustentam os mercados e incorporam demandas progressistas (ou de direitos humanos) para legitimação política. Por outro, as intervenções estatais em projetos arquitetônicos e urbanísticos, como as Obras do Bicentenário, não apenas exemplificam uma resposta estratégica às pressões sociais e econômicas, mas também refletem um esforço para projetar valores democráticos e inclusivos,

²¹ Reforçando desigualdades socioespaciais preexistentes.

ainda que dentro de uma lógica de mercado. Assim, longe de representar uma ruptura com o modelo neoliberal, essas ações estatais sugerem a coexistência de elementos progressistas (limitados) e neoliberais (estruturais), construindo um quadro mais complexo e nuançado, no qual o Estado atua como mediador de contradições e promotor de uma visão de mundo que incorpora a demanda por justiça social aos interesses econômicos hegemônicos. Iluminar tais ambiguidades, e os limites da arquitetura diante das dinâmicas neoliberais, não equivale a negar a qualidade arquitetônica e espacial das obras. O real êxito alcançado com a construção e apropriação popular de muitas dessas obras é o que confere a dimensão contraditória do fenômeno dessa arquitetura diante do processo histórico de sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições do modelo neoliberal chileno emergem de maneira central na atuação do Estado no campo arquitetônico e urbanístico, evidenciando os desafios de articular demandas econômicas, sociais e culturais. Sob uma lógica neoliberal herdada da ditadura, o Estado adotou uma postura que combina pragmatismo econômico e instrumentalização cultural, incorporando a arquitetura como um elemento tanto de mercado quanto de legitimidade política. Ao mesmo tempo que as lógicas macroeconômicas previstas no documento *El Ladrillo*, presentes deste o golpe em 1973, se manifestam na financeirização e abertura de mercados continuada, além da comercialização das principais áreas da vida como educação, trabalho e aposentadoria. Por outro lado, e junto à reformulação do Estado ao final do regime autoritário de Pinochet, em 1987 a cultura começou a ser instrumentalizada como uma instância de legitimação política a exemplo do surgimento das bienais de arquitetura no país e seus desdobramentos, não apenas no *Sello Bicentenario* em 2006, mas também na implementação da *Marca Sectorial Arquitectura de Chile* em 2009, e em todos os projetos construídos dentro deste contexto, que tiveram o Estado como agente direto.

Enquanto antes da ditadura, principalmente no governo de Salvador Allende, a cultura era compreendida enquanto parte integrante do progresso, bem-estar social e modernização, no período pós-ditadura a cultura se tornou uma instância de interesse e fomento, desde que oferecesse uma perspectiva de devolutiva econômica, ou de construção de legitimidade política em parceria com iniciativa privada e setores comerciais de interesse.

Nesse contexto, o Estado nos anos 2000, entendido enquanto instrumento de um bloco hegemônico, resulta de disputas que incluem os interesses do campo arquitetônico, voltando a atuar enquanto agente direto na construção de obras paradigmáticas. Embora seja possível identificar algumas entradas interessantes no fomento estatal à arquitetura, especialmente no que tange à promoção de valores democráticos e à busca por soluções inclusivas, é importante refletir sobre os limites desse modelo. A complexa relação entre arquitetura e Estado, quando permeada por lógicas econômicas neoliberais, revela uma série de contradições. Assim, embora o fomento à cultura e à arquitetura tenha gerado resultados positivos para o campo arquitetônico, é fundamental reconhecer que o modelo político chileno — marcado pela aliança entre o *neoliberalismo con rostro humano* e a arquitetura, visto por vezes como paradigma a ser exportado, quando examinado criticamente, revela a necessidade de revisão crítica.

REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÀ, Miquel (ed.). *Blanca Montaña, Architecture en Chile*. Santiago: Puro Chile, 2013.

AGGIO, Alberto; QUIERO, Gonzalo Cáceres. **Chile: processo político e controvérsias intelectuais**. Lua Nova, São Paulo, n. 49, p.87-111, 2000. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452000000100006&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acessado em 12 ago. 2020.

AGUILERA, Natalia Slachevsky. **Una revolución neoliberal: la política educacional en Chile desde la dictadura militar**. Revista Educação e Pesquisa (Faculdade de Educação USP), São Paulo, v. 41, 2015.

AL ASSAL, Marianna B. **Bicentenário Chileno e a Memória da Ditadura Militar**. In: GOUVÊA, Paulo; FREITAS, Anderson; VALENTIM, Fabio. Caderno de Viagem Escola Itinerante: Chile. São Paulo: Gráfica Flávio Motta, 2018.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Tradução de Pier Luigi Cabra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 269 p. ISBN 85-336-2147-7.

ATRIA, Fernando. **Veinte Años Después: Neoliberalismo con Rostro Humano**. Catalonia: Santiago, 2013.

AUCA. **Primera Bienal de Arquitectura**. Arquitectura Urbanismo Construcción y Arte, n. 34, 1978. Facultad de Arquitectura y Urbanismo - Universidad de Chile.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARVAJAL, Fernando; CORREA, Pedro; PORTAL, Fernando; RASMILIC, Rayna. **Lo Nuevo de Nuevo**. Santiago: Ediciones ARQ, 2021.

DIRAC. Direção de Assuntos Culturais. **Sobre Nós**. Site Web: DIRAC, 2016. Disponível em: < https://www.dirac.gob.cl/dirac/prontus_dirac/2016-05-31/171133.html >. Acessado em: 22 ago. 2019.

ERRÁZURIZ, Luis Hernán. **Dictadura militar en Chile: Antecedentes del golpe estético-cultural**. Latin American Research Review, v. 44, n. 2, p. 136-157, 2009. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1353/lar.0.0095>. Acesso em: 23 out. 2024

ERRÁZURIZ, Luis Hernán. **Política cultural del régimen militar chileno (1973-1976)**. Aisthesis, Instituto de Estética, Pontificia Universidad Católica de Chile, n. 40, p. 62-78, 2006. ISSN 0568-3939

FRASER, Nancy. **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. Revista de Sociologia Política (online): Política e Sociedade, 2018. Acessado em: jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>>.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo sempre vem**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GUTIÉRREZ, Adrián. **Victoria de Septiembre: Proyecto de diseño especulativo que busca poner en discusión el desarrollo de las políticas tecnológicas en el Gobierno de la Unidad Popular: 1970-1973**. Santiago de Chile: Universidad de Chile, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Escuela de Diseño, 2016.

IANNI, Octávio. **Enigmas do pensamento latino-americano**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>>. Acessado em: 22 março 2018.

IMAGEN DE CHILE. **Site oficial do departamento Marca País do Ministério de Relaciones Exteriores do Chile**. Disponível em: < <https://marcachile.cl/imagen-de-chile-agencia-marca-pais/> >. Acessado em: 10 dez. 2021.

JUSTO, Liborio. **Así se murió en Chile. Reformismo y revolución en la trágica experiencia de la Unidad Popular**. 1. Ed. Buenos Aires: Editorial Maipue, 2018.

LIERNUR, Jorge Francisco. **Portales del Laberinto: Arquitectura y Ciudad en Chile**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2009.

MARCA CHILE. - **Turismo y deporte**. - Disponível em: <https://marcachile.cl/turismo-deporte/>. - Acesso em: jul. 2021.

MCAP. Ministerio de la Cultura, las Artes y el Patrimonio. **Política de Fomento de la Arquitectura**. Valparaíso: MCAP, 2017.

MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS (MOP). CHILE 2010: **Visión Ciudad Bicentenario**. Santiago: MOP, 2010. Disponível em: < https://planeamiento.mop.gob.cl/Carpeta/sites/3/2023/05/parte_I.pdf >. Acesso em: mar. 2024.



- MOLINA, Cristóbal. **Concursos de arquitetura em Chile: su aporte al desarrollo cultural y a la calidad de vida**. 1. Ed. Santiago: Publicaciones Cultura, Consejo Nacional de Cultura y Artes de Chile, 2014.
- MONDRAGON, Hugo (edit.). **El Discurso de la Arquitectura Chilena Contemporánea: cuatro debates fundamentales**. Santiago: Ediciones ARQ, 2017.
- OYARZÚN, Fernando Pérez. **Arquitectura en el Chile del siglo XX : Modernización y Vanguarda (1930-1950)** Vol. 2. Santiago: Ediciones ARQ, 2017.
- PARROCHIA, José. **El Estreno de Chile en la “Expo-Sevilla” 1992: contribuciones estéticas desde el diseño para la construcción de una imagen país durante la transición democrática**. Tesis apresentada para obter o título de mestre em Teoria e História da Arte. Universidade do Chile – Faculdade de Artes: Santiago, 2019.
- PÉREZ, Fernando. **Escuela de Valparaíso Grupo Ciudad Abierta**. Valparaíso: Editora Contrapunto, 2003.
- PROCHILE. - **Marcas Sectoriales**. - Disponível em: <https://www.prochile.gob.cl/promociona-tus-productos-y-servicios-en-el-extranjero/marcas-sectoriales/>. - Acesso em: ago. 2024.
- PURO CHILE. Site oficial da editora. Disponível em: < <https://puro-chile.cl/> >. Acessado em: 10 dez. 2021
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: ago. 2024.
- ROBLEDO, M. **La crisis del largo ciclo neoliberal y de la política exterior chilena**. Un análisis preliminar. Documentos de Trabajo nº 33 (2ª época), Madrid, Fundación Carolina, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33960/issn-e.1885-9119.DT33>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- SANTOS, Eric Assis dos. **A Transição à Democracia no Chile: Rupturas e Continuidades do Projeto Ditatorial (1980-1990)**. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – Departamento de História. Trabalho de Mestrado. Niterói, 2014.
- SANTOS, Fábio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- SEPÚLVEDA, Rubén; LARENAS, Jorge; PRADO, Vanessa; PRAT, Bárbara; ÁLVAREZ, Jun. **Bicentenário: uma oportunidade para repensar as políticas urbano-habitacionais no Chile**. Revista Invi, Santiago, n. 67, v. 24, p. 21-67, nov. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/118009>>. Acesso em: ago. 2024.
- NERI, Stela Mori. **A arquitetura chilena do mérito à marca: condições materiais e culturais para seu surgimento e externalização (1992-2017)**. 2025. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. doi:10.11606/D.16.2025.tde-01072025-124158. Acesso em: 2025-10-27.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.
- TORRENT, Horácio. **Arquitectura Reciente en Chile: las lógicas del proyecto**. Revista ARQ, Santiago, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. Tradução autorizada da primeira edição inglesa publicada em 1971 pela Oxford University Press.